

Plano de Atividades e Orçamento 2024



Índice

ÍNDICE	2
MENSAGEM DA DIREÇÃO	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
Política Nacional e ambiente	4
Alterações climáticas	5
Alta Velocidade Ferroviária	8
Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)	8
Lei do Restauro	11
Lei Europeia da Desflorestação	12
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)	13
CENSOS DO LOBO IBÉRICO	13
Remoção de barreiras fluviais	15
Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça	15
Barragem do Pisão	16
Programa Nacional de Regadios	17
Plano de Ação Marinha	18
Mineração em Mar Profundo	18
Mineração em Terra	18
Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) E Cidadania Ambiental	19
Contencioso Ambiental	19
A NOSSA MISSÃO E A NOSSA VISÃO	20
OS NOSSOS PRINCÍPIOS	20
Desenvolvimento sustentável	21
Competência	21
Trabalho voluntário e compromisso	21
Independência e contrapoder	21
Idealismo nos objetivos, realismo na ação	21
Transparência	22
Postura colaborativa	22
Postura irreverente	22
Postura inclusiva	22
Aposta no associativismo	22
OBJETIVOS E PRIORIDADES PARA 2024	23
Coastwatch Dos Rios aos Oceanos	24
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada	25
Programa Rios Livres	26
Programa Renature	27
Projeto TerraSeixe	28
MOVIMENTO AMBIENTAL	29
PLATAFORMAS E ORGANISMOS	29
Plataformas	30
Organismos	31
OUTRAS ATIVIDADES	33
Funcionamento e logística	33
CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique	34
Grupo de Agricultura	34
CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique	35
Grupo de Agricultura	35
GEOTALINE	36
Energia e Clima	36
Mobilidade e Transportes	36
ORGANOGRAMA	37
Os nossos dirigentes	38
ORÇAMENTO 2024	41

Mensagem da Direção

Espera-se que o ano de 2024 nos traga um conjunto de desafios políticos, ambientais, sociais e económicos, de natureza externa e colocados pela conjuntura, mas também de natureza interna, com novos projetos e novas necessidades que por eles são levantados, especialmente ao nível de financiamentos.

À contestação e processo de contencioso relacionado com a Barragem do Pisão, juntam-se a necessária resposta a outras ameaças à natureza e biodiversidade perpetradas em nome do “progresso”, “transição energética”, “desenvolvimento” e outros chavões que não perfilhamos.

Acima de tudo, dar também o nosso contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030.

Neste Sumário Executivo expressam-se as principais preocupações para 2024.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Sumário

O cenário macroeconómico em Portugal aponta para um crescimento de 1,3% em 2024 e 2,3% em 2025, enquanto na Zona Euro estima-se um crescimento de 0,8% em 2024 e 1,7% em 2025. O ambiente político enfrenta incertezas devido a eleições em Portugal e na União Europeia em 2024.

Os mais importantes conflitos político-militares em curso- Rússia-Ucrânia e Israel-Hamas, bem como outros de menor dimensão – arriscam quer o seu prolongamento, quer o seu alastramento ao nível regional, introduzindo fatores de incerteza nas dimensões económicas, sociais e ambientais, bem como o aumento de refugiados e de pessoas vulneráveis e em risco.

Algumas questões ambientais, como a preocupação com as mudanças climáticas, têm alta relevância na consciência europeia.

Há uma série de iniciativas, como a Lei Europeia da Desflorestação e a pressão para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que visam a sustentabilidade, mas que também comportam riscos.

Neste sumário executivo tramos vários temas em análise prospetiva do que antecipamos para 2024 nas nossas principais linhas de atuação e no contexto político, económico e social que as deverá enquadrar.

Política Nacional e ambiente

O Primeiro-Ministro demitiu-se no início de novembro 2024 na sequência de uma investigação judicial à forma como foram tomadas decisões para viabilizar projetos de mineração de lítio, de hidrogénio verde, e da criação de um *data center* em Sines. Os atropelos à natureza e às normas de decisão em matéria de ambiente em Portugal ganharam subitamente visibilidade nacional e internacional.

A situação política em 2024 será marcada por 2 períodos eleitorais: legislativas a 24 de março e europeias a 24 de junho.

O facto do orçamento de estado ter sido aprovado no seu devido tempo não diminui as nossas preocupações relativamente à possibilidade avançarem, sem os devidos cuidados, grandes infraestruturas públicas e privadas de energia, água e transportes, facilitados por um "simplex" ambiental e por um "simplex" urbanístico e de ordenamento do território, e pela definição de "to-go areas" offshore e em terra para a instalação de energias renováveis, pondo em causa os altos valores de conservação até então gozando algum estatuto de proteção no Sistema Nacional de Áreas Protegidas e Sítios Classificados e na Rede Natura 2000.

A pressão para a execução das verbas do PRR vai no mesmo sentido.

Mantem-se a habitual incoerência entre as diversas políticas sectoriais e os compromissos assumidos por Portugal ao nível internacional e europeu.

Na esfera ambiental, várias medidas e preocupações estão em destaque:

- Projeto da Alta Velocidade Rodoviária.
- Avaliação do novo aeroporto de Lisboa.
- Lei Europeia da Desflorestação para combater o consumo que estimula a degradação florestal.
- Remoção de barreiras fluviais obsoletas.
- Moratória na mineração em mar profundo.
- Participação em grupos e iniciativas para uma agricultura mais sustentável.
- Redução das emissões de gases de efeito estufa e a necessidade de mudanças na trajetória global de emissões.
- Controvérsias sobre a Lei do Restauro e a construção da Barragem do Pisão.
- Necessidade de divulgação dos Censos do Lobo Ibérico para conservação da espécie.
- Revisão da Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade e o Plano de Ação Marinho.
- Educação Ambiental para a Sustentabilidade
- Aprovação da nova versão do Plano Nacional de Energia Clima 2030 e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2045

Além disso, destaca-se o compromisso de Portugal com a transição energética, especialmente o aumento das energias renováveis, como eólica e solar, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis de maneira justa e considerando a conservação da natureza e o compromisso com a biodiversidade, com a necessidade de proteger 30% do território terrestre e marinho até 2030.

Alterações climáticas

Portugal tem progredido na redução de emissões de carbono. Desde 1990, o país conseguiu reduzir suas emissões em 5,1%, o que supera a meta estabelecida pela União Europeia. É o resultado de uma série de medidas, como a promoção de energias renováveis, eficiência energética e políticas de transporte sustentável.

No entanto, se não houver uma mudança significativa nas políticas e nas ações globais de mitigação, é previsto que a temperatura global aumente cerca de 2,9 °C até o ano de 2100. Esse valor está muito acima da meta estabelecida pelo Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

As consequências desse aumento de temperatura são extremamente preocupantes. Milhões de pessoas serão afetadas, principalmente nas regiões mais vulneráveis, como as comunidades costeiras e os países em desenvolvimento. Essas populações enfrentarão eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades mais intensas, além do aumento do nível do mar, que pode causar a inundação de terras costeiras.

Além do impacto nas pessoas, os ecossistemas também serão gravemente afetados. A mudança climática afeta a biodiversidade, levando à perda de habitat, extinção de espécies e desequilíbrios nos ecossistemas. Isso tem consequências em cascata em toda a cadeia alimentar e pode comprometer a segurança alimentar das populações.

Portanto, é urgente tomar medidas para reduzir as emissões globais e limitar o aquecimento global. É necessário investir em fontes de energia limpa, incentivar a adoção de práticas sustentáveis na agricultura, indústria e transporte, e fortalecer a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos climáticos.

Portugal tem se destacado em seus esforços para combater o aquecimento global, mas é preciso um esforço conjunto de todos os países para garantir um futuro sustentável para as gerações futuras. Somente com ações decisivas é possível garantir que não ultrapassemos os limites críticos e evitemos os piores cenários previstos pelo Acordo de Paris.

Dadas as tendências que se têm verificado no final do ano de 2024, será de esperar uma maior conflitualidade e perturbação civil por parte de movimentos mais radicais de protesto nesta matéria, contudo consideramos que, num tema tão complexo e abrangente a pressão deverá ser colocada, principalmente, ao nível da formação cívica e sensibilização, da produção de opinião informada, da participação nos processos decisórios e legislativos e no lóbi ambiental. As informações e as escolhas dos consumidores têm uma influência grande, mas a responsabilidade sobre os fatores climáticos não se reduz à ação individual, tendo muita importância a ação coletiva, dos estados, empresas e das suas organizações.



(cont.)

A meta da descarbonização em 2050 foi traçada e está em vista a sua antecipação para 2045, firmando um compromisso nacional que vai além das diferentes cores políticas. Mas a gravidade dos cenários de alterações climáticas, do colapso da biodiversidade e da poluição omnipresente exige mais. Das ameaças à biodiversidade, aos fenómenos meteorológicos extremos, aos incêndios florestais e aos cenários de seca extrema, torna-se claro que a agenda ambiental cruza inevitavelmente os domínios da economia, segurança, saúde e gestão do território. Infelizmente, continuamos a assistir ao mesmo tipo de más decisões e falta de planeamento estratégico que nos levaram à situação atual, com "soluções" danosas ou mal implementadas sem fundamentação técnico-científica ou participação pública digna desse nome.

Lidar com a crise climática exige adaptar a forma como vivemos e trabalhamos. Mais do que um desafio tecnológico, este é sobretudo um desafio societal que requer a ação concertada de todos os setores da sociedade. É imperativo ligar os principais problemas: a emergência climática e as desigualdades. Só assim reuniremos as condições para uma transformação sem precedentes que não deixe ninguém para trás

Estilo de vida mais sustentável e reforma fiscal ambiental

Multiplicam-se os alertas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC), a Pegada Ecológica, a Encíclica Laudato Sí ou o movimento dos jovens pelo clima. A mensagem é simples e clara: a destruição de recursos naturais decorre da nossa sociedade consumista e insustentável. Temos de mudar de mentalidade e abandonar o "crescimento" como indicador de desenvolvimento social.

Deve ser instituída uma verdadeira reforma fiscal ambiental e social, em linha com recomendações de longa data da OCDE e da União Europeia. As famílias e empresas não devem ser sujeitas a maior carga fiscal, mas esta deve ser redistribuída em função do desempenho ambiental e equidade social. Aplica-se o princípio do triplo dividendo: as ecotaxas promovem a defesa do ambiente, a desoneração da carga fiscal sobre o trabalho promove o emprego, e os incentivos à eficiência promovem a inovação e a competitividade das empresas. Há vários exemplos de aplicação deste princípio em Portugal, mas de forma superficial e sem continuidade.

Esta reforma deve contribuir igualmente para o reforço de meios humanos e materiais do Estado, desesperadamente necessários, nos domínios do Ambiente, Ordenamento, Energia e Mobilidade.

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Transparência, participação e processos de decisão

Nos últimos meses assistimos ao renascer de projetos de obras públicas e privadas, sem fundamentação nem aplicação dos requisitos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ou Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). São exemplos disso projetos de regadio como a Barragem do Pisão, a nova linha de alta velocidade Porto-Carregado, ou os pressupostos para o novo aeroporto de Lisboa. Esta estratégia do facto consumado não é nova, mas é absolutamente inaceitável. As decisões devem ser tomadas após a avaliação informada com objetivos claros e meios credíveis.

Há que instituir uma nova forma de fazer política: estudar, discutir, e depois, decidir. A informação sobre os processos de decisão, em especial perante riscos ambientais e sociais, tem de ser pública e transparente. A consulta pública e as preocupações dos parceiros sociais têm de ser incorporadas nas decisões, em vez de constituir mero pro forma. É importante que os agentes decisores, como Deputados, Magistrados e dirigentes da Administração Pública, possam ter formação em ambiente e participação.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria para os ODS

Mobilidade e Transportes

O sector dos transportes é um dos principais emissores de GEE, afectando direta e indiretamente a qualidade de vida: da saúde ao tempo despendido em deslocações. A solução passa pelo forte **investimento no transporte coletivo**, complementado por meios de **mobilidade suave**. Na última legislatura actuou-se na variável preço, simplificando e reduzindo o custo áreas metropolitanas, o que foi positivo. No entanto, está por fazer o mais importante: o reforço substancial da qualidade de serviços dos transportes públicos, expressa em frequência, intermodalidade, fiabilidade, redução dos tempos totais de trajecto. Há que definir metas claras para estes indicadores de desempenho e proporcionar meios materiais e institucionais para os cumprir objetivos. É necessário considerar o transporte coletivo como um **serviço público essencial, apostar na organização e na qualidade de serviço do sistema de transportes**, incluindo investimento em material e meios humanos.

A espinha dorsal do sistema de transportes deve ser a ferrovia, com os seguintes princípios essenciais:

A rede ferroviária tem de ser competitiva com o automóvel e com o avião, tanto em termos de qualidade de serviço como de custo-eficácia; e deve servir a larga maioria da população do País, quer na faixa litoral quer no interior.

Deve ser criado um **Plano de Exploração Ferroviária**, revisto periodicamente, com início imediato e horizonte 2030, criando **horários coerentes**. Todos os serviços devem ser cadenciados (ou seja, a intervalos regulares). O serviço ferroviário pesado deve ser estruturado em **duas categorias principais (suburbanos e intercity)** e **duas categorias complementares (regional e internacional)**.

Os **serviços suburbanos** devem circular em linhas dedicadas com intervalos não superiores a 15 min;

Os **serviços intercity** (integrando os actuais Alfa, IC e IR) devem cobrir uma rede de cerca de 150 estações (chegando a cerca de 80% da população, ao centro das principais cidades, portos, aeroportos e fronteiras), com um horário conjugado à escala nacional, e com intervalos não superiores a 2 h nas pontas da rede (superior nos eixos principais). Deve ter velocidades padrão competitivas: sugere-se como base de discussão 140 km/h, com 200 a 220 km/h nos eixos principais.

A AV deve ser equacionada apenas nas ligações internacionais, não nas ligações internas.

Considera-se ainda essencial desenvolver um **Plano Nacional de Mobilidade**, com o devido suporte técnico e ampla participação dos parceiros sociais, conjugando os diversos modos de transporte

Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Alta Velocidade Ferroviária

A implementação de linhas de alta ferroviária em Portugal pode ter uma série de impactos ambientais, que geralmente são avaliados durante o planeamento e a execução desses projetos. O GEOTA reprovou o EIA do troço Soure-Aveiro da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa pelos seguintes motivos: Falta de Análise Alternativa: O EIA não considera outras opções além da LAV, como a requalificação da Linha do Norte, levantando dúvidas sobre a necessidade e eficácia da LAV. A falta de discussão sobre alternativas indica um projeto mal fundamentado; Impactos Cumulativos Desconsiderados:

Decisões por troços isolados não consideram os impactos cumulativos da LAV, como consumo de energia, demanda pelo serviço, efeitos na população e no meio ambiente. Isso é politicamente inaceitável e pode levar a resultados desproporcionais; Prejuízo a Outros Investimentos Ferroviários: O avanço da LAV Porto-Lisboa em troços pode bloquear investimentos em outras áreas ferroviárias mais necessárias.

O GEOTA questiona a viabilidade social, ecológica e econômica da LAV e defende o reforço do serviço intercidades para a coesão territorial.

Deficiências no Estudo de Impacto: O EIA apresentou falhas nos estudos de procura e operação, e carece de avaliações precisas sobre gastos de energia, impactos ambientais e custos. Os impactos severos na região de Coimbra e no vale do Mondego são especialmente preocupantes.

O GEOTA considera que o EIA do troço Soure-Aveiro da LAV Porto-Lisboa não aborda adequadamente as preocupações fundamentais, levantando questões sobre a pertinência, os impactos e a viabilidade do projeto como um todo.

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) Para o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL)

A AAE do NAL iniciou-se em janeiro e foi recentemente apresentado o respetivo relatório. Algumas das preocupações das ONGAs foram acolhidas, destacando-se a inviabilidade da opção Montijo como temos protestado.

Junto da CTI defendemos que, nos Fatores Críticos de Decisão que estiveram em consulta pública, as dimensões ambientais têm de ser decisivas.

Na AAE do serviço aeroportuário para Lisboa deve ser dada máxima prioridade à procura de soluções eficazes para reduzir os impactos do AHD/Portela, certamente com enfoque na eficiência de operações, mas também na transferência modal da aviação para a ferrovia, e complementaridade entre os aeroportos nacionais.

Energia: um sistema energético justo e de baixo impacto ambiental

Para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e da Lei de Bases do Clima, é indispensável apostar em políticas e medidas que promovam e acelerem a transformação profunda do sistema energético atual. Este é ainda fortemente baseado em combustíveis fósseis, é altamente ineficiente, é centralizado na sua propriedade e gestão, e é injusto na medida da desigualdade no acesso à energia com mais de dois milhões de portugueses em pobreza energética. É necessária uma combinação de incentivos económicos, regulação, investimento público, apoio técnico e educação para a energia, junto de todos os sectores: famílias, instituições públicas e privadas, empresas industriais e de serviços, e sector agro-florestal. A prioridade tem de ser a promoção da eficiência energética complementada com a transição para fontes de energia renováveis de baixo impacto e preferencialmente descentralizadas. As medidas prioritárias são:

- Criar uma **taxa de carbono que reflita os custos ambientais da poluição**. As receitas devem ser obrigatoriamente consignadas a medidas de eficiência energética, melhoria da qualidade de serviço dos transportes públicos, e redução de outra carga fiscal (ISP, IRS, IRC), com especial foco em evitar efeitos regressivos em consumidores vulneráveis, na lógica da **neutralidade fiscal**;
- Promover a **eficiência energética em todos os sectores económicos**, com **incentivos eficazes e apropriados a cada sector**, incluindo **benefícios fiscais em IRS e IRC**. Entre outras medidas, refiram-se a **requalificação de edifícios com foco no desempenho energético**, dirigidos às famílias, empresas e instituições (incluindo isolamento térmico e aquecimento de águas sanitárias); e incentivos a medidas de gestão da energia e investimentos com retorno em 3-7 anos, para a indústria e serviços;

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação):



Portugal dará seguimento à expansão das energias renováveis, em especial eólica e solar, fundamental para deixarmos a nossa dependência dos combustíveis fósseis.

Está previsto o investimento muito forte no hidrogénio "verde" e "azul", para a indústria, substituição parcial de gás natural e futuramente para locomoção, havendo já companhias do setor automóvel com propostas interessantes.

Contamos poder contribuir, com outras ONGAs, para a definição de critérios não-preço, dos modelos de avaliação e dos dados de referência a serem recolhidos nos estudos e campanhas previstos, para que a transição energética seja feita de forma justa e sem pôr em causa a conservação da natureza.

(cont.)

- Promoção das **energias renováveis descentralizadas e de baixo impacto ambiental** na geração de eletricidade, com destaque para a energia solar, como parte de um planeamento integrado do território que garanta a proteção de valores ecológicos e o **envolvimento e partilha dos benefícios**, designadamente através da promoção das **comunidades energéticas**, removendo as barreiras administrativas existentes e apoiando projetos locais e de caráter social, sem fins lucrativos e de gestão democrática (em vez da aposta em mega-parques solares e outros projectos sem devida avaliação, geradores de múltiplos conflitos);
- Mitigar a pobreza energética através de mecanismos de **proteção dos consumidores vulneráveis** que garantam o acesso à energia como um bem essencial, de apoios financeiros a fundo perdido para a renovação energética profunda das habitações, de apoio técnico e social à escala local sobre energia em colaboração com as autoridades e outras organizações locais;
- **Eliminar incentivos perversos**, socialmente iníquos e promotores de maus comportamentos ambientais, como os subsídios às barragens e aos carros individuais e as isenções de ISP; rejeitar falsas soluções, como a energia nuclear, a produção de "biomassa energética" ou a captura e armazenamento de carbono em grande escala, que implicam custos superiores, ouyros impactes ambientais, e não garantem a redução das emissões na escala necessária.

Agricultura e Ambiente

O aumento da agricultura intensiva, em particular o olival, acarreta um conjunto de graves impactos. Requer grandes quantidades de água, o que é particularmente preocupante nos cenários de alterações climáticas para o Sul do País, e contribui para a sua poluição, ao contaminá-la pela lixiviação de pesticidas e fertilizantes. A mobilização do solo e a remoção do coberto vegetal degrada a sua estrutura e promove a erosão. Requer igualmente mais energia do que a agricultura tradicional, contribuindo para a emissão de GEE, e provoca a destruição de habitats. E apesar de largamente subsidiada pela PAC, inviabiliza as metas das Diretivas Quadro da Água, Habitats e Aves. Assim, propomos:

Desenvolver uma agricultura mais resiliente que respeite onexo água, solo e biodiversidade, seja mais adaptada à nossa paisagem e assegure uma alimentação adequada no território português com base na segurança e aprovisionamento alimentar e na dieta mediterrânica, diminuindo o défict da balança comercial do setor.

Um **Plano Nacional para o Uso do Solo**, com objectivos claros para a conservação e mecanismo de incentivo e desincentivo respetivamente de boas e más práticas, com fiscalização adequados.

Monitorização dos **impactes ecológicos e sociais da Agricultura, em especial das formas Intensivas** numa perspetiva comparada com outras formas de produção (de sequeiro, integrada, biológica)

Metas mais ambiciosas de promoção e apoio a modos de produção sustentáveis, **redirecionando subsídios públicos**, numa perspetiva de pagamento de serviços dos ecossistemas.

Criação de circuitos diretos e de redes de abastecimento e armazenagem de produtos agrícolas, fora das grandes cadeias comerciais, assim como de micro plataformas logísticas nas cidades, para regulação do abastecimento do comércio retalhista e do tráfego urbano.



GEOTA integra o grupo de entidades que constituem a Coligação Cívica "Participar no PEPAC", a qual iniciou a sua participação na Comissão de Acompanhamento Nacional deste plano.

Acompanhamos o tema ao nível europeu, através do Grupo de Trabalho Agricultura do EEB. Vamos continuar a bater-nos por uma agricultura que respeite mais os recursos solo, água e biodiversidade as nossas condições edafo-climáticas, a dieta mediterrânica e a agricultura de sequeiro, e, ainda batermo-nos por processos de decisão mais democráticos, e participativos.

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

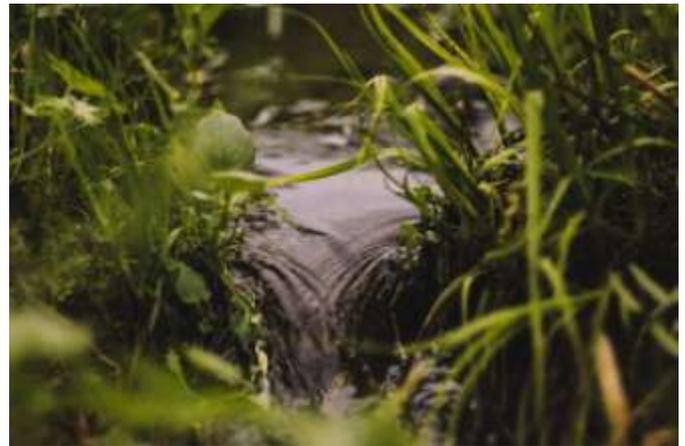


Ordenamento do Território, Florestas e Biodiversidade

Biodiversidade

Em relação à Biodiversidade:

- Reformar a gestão das Áreas Protegidas, conforme proposto pelo CNADS (2021): "Reflexão e Recomendação à Assembleia da República e ao Governo sobre a Gestão Sustentável de Áreas Protegidas no quadro do Pacto Ecológico Europeu";
- Garantir a implementação da Rede Natura 2000 (nomeadamente, a conclusão da elaboração dos planos de gestão e a ampliação desta rede ecológica em Portugal) e a efetiva aplicação da legislação e iniciativas de conservação, monitorização e fiscalização no Sistema Nacional de Áreas Classificadas;
- Concretizar o pagamento dos serviços dos ecossistemas a todo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, comprometendo o Estado com a valorização do património natural junto das comunidades, numa lógica de compensação por um serviço de interesse público prestado.
- Revisão do modelo de medidas compensatórias do abate de sobreiros e azinheiras para a realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública (DIUP) e a realização de empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local (DRSIEL) que reflita uma maior justiça ambiental e que garanta a sua implementação, monitorização e avaliação no longo prazo.
- Maior dotação orçamental e de recursos humanos de entidades de proteção e gestão ambiental, como destaque para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. É também necessário dar prioridade a projetos de conservação e restauro dos ecossistemas no Fundo Ambiental



Lei do Restauro

Apesar da campanha de desinformação liderada pelo Partido Popular Europeu e apoiada por setores conservadores ligados à agricultura, espera-se que a proposta, já bastante diminuída, seja aprovada, e que os Estados-Membros deem início à sua implementação, recuperando assim ecossistemas e espécies degradados. Caso a lei venha a ser adotada no início de 2024, os Estados-Membros terão de iniciar a elaboração dos Planos Nacionais de Restauro. Esperamos que isto seja feito de forma estratégica e participativa com a sociedade civil e outros atores relevantes.

O GEOTA desenvolve, desde sempre, projetos de restauro e conectividade ecológicas dos quais se destacam, mais recentemente, a Reserva Natural Local do Paul de Tornada e os Projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela nas áreas ardidas em Portugal continental, os quais irão continuar durante 2024. Estamos também a trabalhar em projetos de remoção de barreiras à conectividade fluvial.

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



Lei Europeia da Desflorestação

Entrou em vigor, em junho de 2024, para combater a desflorestação global e a degradação florestal impulsionadas pelo consumo da UE. Até ao final de 2024, o governo tem de designar uma ou mais autoridades responsáveis pela aplicação e pela fiscalização do regulamento. A partir de 2025, este torna-se vinculativo para as empresas, que deverão comprovar que seus produtos não são provenientes de áreas desflorestadas.

O GEOTA irá acompanhar esse processo com atenção, especialmente tendo em consideração os projetos Renature Monchique, Leiria e Estrela, TerraSeixe-Virídia e Invasoras que vai continuar em 2024



Florestas

Nas florestas consideramos que o debate tem sido demasiado focado no combate a incêndios e pouco nas suas causas: o despovoamento, o desordenamento do território e as monoculturas sem gestão.

- Desenvolver um Plano Nacional de Restauro direcionado especificamente para a renaturalização e restauro de habitats degradados, principalmente em áreas afetadas pelos incêndios, indo ao encontro da declaração da ONU para 2021-2030 como a década para o restauro ecológico.
- Restringir a replantação do eucalipto e não apenas novas plantações, visto que, segundo o 6.º Inventário Florestal Nacional, já ocupa cerca de ¼ do total da área florestal em Portugal.
- Criar um Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Espécies Exóticas Invasoras, com foco em particular no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.
- Aprovar um Simplex para o RJAAR nas áreas abrangidas pelo Programa de Transformação da Paisagem de modo a desburocratizar e facilitar o processo para os pequenos proprietários e a acelerar a reflorestação e transformação da paisagem especialmente nas áreas ardidas.

Ordenamento do Território

(cont.)

Em relação ao Ordenamento do Território:

- Reverter a legislação e a medida que levou a que os Planos Especiais de Ordenamento do Território passam a Programas, deixando de vincular os particulares, bem como a excessiva permissividade introduzida com o "Simplex do Urbanismo";
- Reforço da Reserva Ecológica Nacional no sentido de constituir uma verdadeira rede de corredores ecológicos, coincidentes com a rede hidrográfica, que permita garantir a conectividade dos ecossistemas fluviais e terrestres, e contribuir para a regulação climática, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos solos e a prevenção de incêndios rurais.

Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)

O GEOTA irá acompanhar a atualização da Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade.

A ENCNB tem como objetivo garantir que as políticas e ações relacionadas com a biodiversidade estejam em linha com os compromissos assumidos internacionalmente.

As metas do “Quadro Global da Biodiversidade Kumming-Montreal”, aprovadas pela Convenção da Diversidade Biológica, são uma importante referência para orientar as ações em prol da conservação da biodiversidade até 2030. Essas metas incluem a proteção de áreas naturais, a redução do desmatamento, a restauração de ecossistemas degradados, a promoção da agricultura sustentável e o combate à perda de espécies.

A Missão Natureza 2022 é um programa do governo português que visa a conservação e a valorização da biodiversidade, enquadrado no contexto da Estratégia Nacional para a Biodiversidade. Através dessa missão, o governo pretende implementar um conjunto de medidas para proteger e promover a biodiversidade em diferentes áreas, como a conservação de habitats naturais, a gestão sustentável dos recursos naturais e a sensibilização da população para a importância da biodiversidade.

O estudo Biodiversidade 2030 é um documento que visa orientar as políticas de conservação da biodiversidade em Portugal até 2030. Ele é resultado de um trabalho conjunto entre entidades científicas, técnicas, administrativas e da sociedade civil, e apresenta um conjunto de propostas e recomendações para a preservação da biodiversidade no país. Esse estudo tem como objetivo principal promover a implementação da Estratégia Nacional para a Biodiversidade e contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal a nível internacional



CENSOS DO LOBO IBÉRICO

Mais um ano em que os resultados do Censos feito pelo ICNF à população de lobo-ibérico em Portugal não foram divulgados. Só com esta informação poderemos conhecer as tendências da população e sua distribuição geográfica, aferir da eficácia das atuais medidas de conservação, e contribuir para definir novas medidas se necessário para assegurar a existência e viabilidade desta espécie protegida e emblemática.

O GEOTA subscreveu também, em conjunto com 287 organizações, uma carta aberta a Ursula Van Der Layen protestando contra a intenção de reduzir o estatuto de proteção do lobo, sem o suporte de evidências científicas para essa decisão.

Água: ter mais e melhor requer preservar mais a sua origem

Um dos maiores desafios das próximas décadas será assegurar as necessidades de água num quadro de escassez crescente. Tal implica a redução de desperdícios nos diferentes setores, mas também alternativas na agricultura, o maior consumidor. Implica igualmente preservar as fontes de água doce, os nossos aquíferos e rios, prevenindo a degradação e restaurando os ecossistemas ribeirinhos, ameaçados sobretudo pela poluição e pelas alterações ao curso natural dos rios, através das barragens. Pese embora as vantagens, estas infraestruturas existem já em elevado número (i.e. mais de 8 000 barreiras em Portugal), e aceleram os processos de evaporação e degradação da água.

Deste modo, torna-se primordial assegurar que os rios e trechos de rios ainda livres possam ser alvo de maior proteção, como exigido na Lei da Água, através da criação de um estatuto de conservação semelhante às "reservas naturales fluviales" espanholas. É igualmente essencial ponderar o futuro das barragens em fim de vida útil e/ou que já não tenham funções sociais e económicas, estudando adaptações e/ou a remoção, a par do que tem sido o caminho traçado por Espanha, França ou Suécia. Importante também reforçar o poder e a dotação financeira de ferramentas de gestão de recursos hídricos à escala da bacia, com destaque para os Planos de Gestão de Região Hidrográfica. O atual modelo institucional não é o mais adequado: propõe-se devolver a autonomia às Administrações de Região Hidrográfica.



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Em termos de gestão da água destacamos alguns subtemas a que daremos atenção em 2024 e anos seguintes:

- Remoção de barreiras fluviais
- Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça
- Barragem do Pisão
- Programa Nacional de Regadios
- Agricultura e Ambiente

Remoção de barreiras fluviais

O GEOTA, em conjunto com os municípios de Santarém e Alcanena, removeu em 17 de abril de 2024 o açude do rio Alviela. Este nosso contributo tem de ser reforçado com a obrigatoriedade de remoção de barreiras fluviais obsoletas, a exemplo do que se faz em Espanha e com mais apoio estatal para o efeito.

No território continental existem mais de 8 mil barreiras fluviais obsoletas, cujo efeito é, neste momento, negativo para as comunidades e os ecossistemas

As barragens e barreiras à conectividade fluvial perturbam o funcionamento natural dos ecossistemas ribeirinhos e causam declínios de larga escala não só nas populações de peixes, mas também em outros táxons. Para além disso constituem-se como barreira ao fluxo natural da água e dos sedimentos. Por esta razão, as barragens e barreiras que são obsoletas ou que não são usadas devem ser removidas, permitindo aos rios retomar o seu estado mais próximo do "natural".

A a ciência mostra-nos que as barragens têm, na verdade um efeito negativo nas alterações climáticas, libertando gases de efeitos estufa, destruindo sumidouros de carbono, retirando os nutrientes dos ecossistemas, destruindo habitats e a sua biodiversidade associada. As barreiras criam ainda um potencial de inundação face aos episódios de chuva intensa previstos com as alterações climáticas, pondo vidas em risco e colocando os governos e a indústrias em posições financeiras difíceis.

O GEOTA considera assim importante a implementação de um programa Nacional de "Remoção de Barreiras", com o financiamento inerente, como os que existem por toda a Europa e mundo, para remoção de barreiras obsoletas. Este programa seria uma aposta clara no restauro ecológico dos ecossistemas ribeirinhos e no cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030. Relembro que a Comissão Europeia estabeleceu como meta para 2030 no âmbito da Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, o restauro de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas ribeirinhos.

Convenção de Albufeira - dinamização da cooperação transfronteiriça

A Convenção de Albufeira, apesar de ser um documento essencial para regulação do regime de caudais, ao nível transfronteiriço, encontra-se desajustada e desadequada. Prevê a definição de caudais ecológicos desde a sua assinatura em 1998, mas nestes 23 anos tem-se, efetivamente, mantido em vigor um regime de caudais mínimos que deveria ser transitório.

O GEOTA considera essencial o investimento no estabelecimento de caudais ecológicos regulares, contínuos e instantâneos, medidos em metros cúbicos por segundo (m³/s), e respeitando a sazonalidade das estações do ano, ou seja, maiores no inverno e outono e menores no verão e primavera, por oposição aos caudais mínimos negociados politicamente e administrativamente há 23 anos na Convenção de Albufeira sem se concretizar o processo de transição para o regime caudais ecológicos que essa mesma Convenção prevê.

Consideramos essencial o investimento na cooperação transfronteiriça, para que os 2.700 hm³ de caudal mínimo anual sejam enviados por Espanha com a regularidade que serve a sociedade e o meio ambiente português.

Neste sentido, é imperativo repensar investimentos como:

- a nova barragem no rio Ocreza (em estudo pela Agência Portuguesa do Ambiente e que pode custar 360 milhões de euros);

- o canal para transvase desde o rio Zêzere, no Cabril, até ao rio Tejo, em Belver (100 milhões de euros), que consideramos serem gastos desnecessários, dada a possibilidade de negociação de caudais ecológicos vindos de Espanha.

O GEOTA defende a necessidade de os caudais ecológicos integrados nos planos de gestão das regiões hidrográficas serem efetivamente transpostos para a Convenção de Albufeira.

Beneficiando das redes já estabelecidas no território, como a ProTejo e a #MovRioDouro, onde participamos, vamos continuar a acompanhar o trabalho nas respetivas regiões.

Barragem do Pisão

O governo não desiste do seu objetivo de construir mais uma barragem para promover o regadio, com impactos ambientais muito significativos no território e nos recursos hídricos.

A anunciada construção da barragem do Pisão terá impactes ambientais que não foram devidamente considerados.

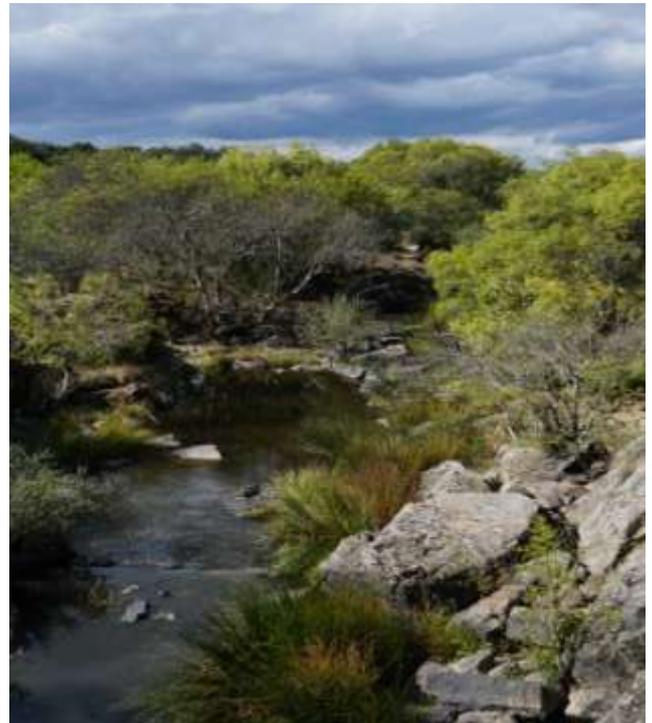
Impactes ambientais relevantes:

- Obstrução da continuidade longitudinal do rio que por sua vez irá ter consequências nos processos transversais (mobilidade lateral do rio) e verticais (recarga dos aquíferos);
- Alteração do sistema fluvial natural com fragmentação dos habitats;
- Alteração do carácter da Paisagem Cultural;
- Alteração da galeria ripícola, diminuição da qualidade e diversidade de habitat e consequentemente diminuição da biodiversidade;
- Promoção da agricultura intensiva (nomeadamente do olival) que exercerá enorme pressão sobre os recursos hídricos, sobre o solo e sobre os ecossistemas.
- Retenção de sedimentos e agravamento da erosão costeira.

Impactes sociais e económicos:

- Inundação da Aldeia de Pisão e desalojamento de cerca de 60 habitantes.
- Perda de património imobiliário e fontes de produção económica e de consumo próprio (hortas e quintas) das famílias;
- Stress e enorme pressão psicológica para as famílias aceitarem indemnizações baixas;
- Mau uso de fundos comunitários dado o contexto ambiental atual, e as diretrizes europeias para o resolver.

É essencial considerar estes pontos e refletir sobre a necessidade de construção de novas barragens vs a necessidade de gestão eficiente dos recursos hídricos vs alterações climáticas vs cumprimento dos objetivos de qualidade de água exigidos pela DQA.



São vários os atropelos, sendo o mais recente materializado na consulta pública do RECAPE das infraestruturas de regadio que também vão ser construídas, a qual teve uma duração de apenas 15 dias e foi pautada por sérias lacunas de informação.

O GEOTA lidera um grupo de ONGA que colocou na justiça este projeto, por contestar quer a sua necessidade quer a forma deficiente como foi feita a avaliação de impacte ambiental, bem como o desrespeito pelo princípio de "Do No Significant Harm" que todos os financiamentos comunitários pelo PRR devem observar.

Programa Nacional de Regadios

A utilização sustentável da água deve integrar uma gestão eficiente da capacidade de armazenamento, bem como uma gestão eficiente da utilização da água, garantindo os caudais ecológicos, conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior escassez hídrica.

De acordo com isto, estrategicamente, não é viável, numa situação de emergência climática, apostar em atividades que necessitam de elevados consumos hídricos. A gestão de recursos hídricos deve compatibilizar-se com as metas definidas pelas estratégias europeias, como o European Green Deal e a Diretiva Quadro da Água. De acordo com o Relatório Especial da Utilização Sustentável da Água na Agricultura, efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu: "O financiamento da UE para projetos de irrigação tem salvaguardas fracas contra a utilização insustentável da água. A instalação de novas infraestruturas de irrigação que alarguem a superfície irrigada irá provavelmente aumentar a pressão sobre os recursos de água doce". É de facto essencial uma mudança de paradigma na gestão dos recursos hídricos, com a integração das questões ecológicas, sociais e económicas.

Considerando que, acautelar as necessidades hídricas para as atividades humanas terá sempre impactes ecológicos nos rios, reforçamos a necessidade de entender estes sistemas como corredores ecológicos importantes para a manutenção da biodiversidade e dos processos ripícolas. Para isso, devem considerar-se sistemas agrícolas adequados, de forma a reduzir as áreas grandemente dependentes do regadio, com práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas, ao contrário da pressão sobre os recursos hídricos criada pelas grandes extensões de monoculturas intensivas.

A gestão eficiente dos recursos hídricos tem de considerar a conservação dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e a manutenção dos serviços de ecossistemas fluviais. Globalmente temos de apostar na recuperação da Paisagem Fluvial e na recuperação do território degradado pelas inúmeras pressões que tem vindo a ser alvo, recuperando os ecossistemas de forma a promover a infiltração de água no solo e a recarga dos aquíferos. Isto implica, necessariamente repensar o Programa nacional de Regadios e apostar na agricultura tradicional com minimização das necessidades de água.

Através da C7 manifestámos, junto da tutela, já em janeiro 2024, a nossa preocupação com o agravamento adicional da destruição do habitat pseudo-estepário em algumas ZPE fundamentais para espécies de aves muito ameaçadas. Aguardamos resposta da tutela em relação às questões específicas que foram colocadas nessa reunião.

Plano de Ação Marinha

Os Estados-Membro têm de submeter estes planos à Comissão Europeia até março, com o objetivo de protegerem 30% da sua área marinha e reduzirem o impacto das pescas na biodiversidade marinha.

O GEOTA participou ativamente e vai continuar a acompanhar o processo colaborativo que envolveu a criação do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado, uma área protegida marinha na costa de Albufeira, Silves e Lagoa.

Mineração em Mar Profundo

Portugal juntou-se ao grupo crescente de países que pedem uma moratória à mineração em águas internacionais, uma atividade com um enorme potencial de devastação.

O parlamento açoriano, por seu lado, aprovou por unanimidade uma resolução pedindo uma moratória para esta atividade no mar dos Açores, e no parlamento em Lisboa está em discussão um Projeto de Lei que poderá impor uma moratória a esta atividade em águas nacionais até 2050.

Mineração em Terra

O GEOTA tem acompanhado os EIA dos projetos de prospeção e mineração com a emissão de pareceres nas respetivas consultas públicas.

Foram testemunho desse trabalho os pareceres sobre os EIA da Mina do Romano-Montalegre, da Mina do Barroso, da mina Cercal, bem como na Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio.

Alguns desses projetos chocam com altos valores de conservação como áreas de Rede Natura 2000.

Em 2024 vamos continuar a manter o nível de envolvimento e atenção.

Contencioso Ambiental

As ONGA encontram-se face a uma avalanche de atentados ambientais.

O GEOTA, em conjunto com outras ONGA, está envolvido em várias ações de contencioso ambiental, tendo como alvo decisões do Governo e da Administração:

- Aeroporto no Montijo;
- Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato (Pisão);
- Megaempreendimento na Lagoa dos Salgados;
- Atentados à Laurissilva na Madeira;
- Alagoas Brancas (em processo de resolução).

Todas as semanas nos chegam queixas de cidadãos e de associações locais com pedidos de ajuda sobre agressões ambientais no seu território. A limitação atual de recursos de todo o tipo faz com que não possamos dar resposta à sua maioria.

Será importante que as ONGA no seu conjunto possam juntar esforços para garantir suporte técnico e financeiro e resposta para a crescente procura de serviços jurídicos e de advocacia ambiental e nessa matéria, para a proteção de altos valores de conservação ou “simplesmente” do direito constitucional dos cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado.

Será nesse sentido que iremos trabalhar em 2024.



Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Eas) E Cidadania Ambiental

O objetivo de EAS consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar crianças, jovens/todo(a)s o(a)s cidadã(o)s para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.

O GEOTA sempre desenvolveu inúmeras atividades de educação ambiental para a sustentabilidade direcionadas a todos os níveis de escolaridade e público em geral, designadamente atividades inerentes à dinamização do serviço educativo e plano de atividades do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista e do projeto Coastwatch.

O GEOTA dispõe de uma professora em mobilidade ao abrigo do protocolo entre os Ministérios da Educação, Ambiente e Ação Climática que dinamiza e divulga todas as atividades de EAS do GEOTA.

Sem Educação Ambiental não haverá mudanças substanciais dos estilos de vida, nem dos estilos de produção/consumo.

Por mais que haja legislação, declarações, projetos, propostas de mudanças! Sem mudança de mentalidades, sem mudanças nos valores e nas atitudes, não haverá mudança nos comportamentos. A maior parte das atuais práticas apelidadas de “amigas do ambiente” são mera cosmética, em que se substitui um consumo por outro, ou se finge mudar, para deixar tudo na mesma.

Portanto, ou se faz um esforço sério em educação ambiental de crianças, jovens e adultos, ou serão propostas fracassadas. Não nos admiremos com a ineficácia dos acordos internacionais e dos alertas da ciência! A verdade é que: 1. A educação ambiental não nasce por geração espontânea! 2. A educação ambiental não se propaga por magia! Precisa de projetos plurianuais, científica e pedagogicamente bem feitos, com investimento consciente e consistente em recursos materiais e em recursos humanos nas diversas instituições (Escolas, ONG, Autarquias, Áreas Protegidas, outros). Precisa, urgentemente, de um reforço significativo na formação de formadores, educadores e professores.

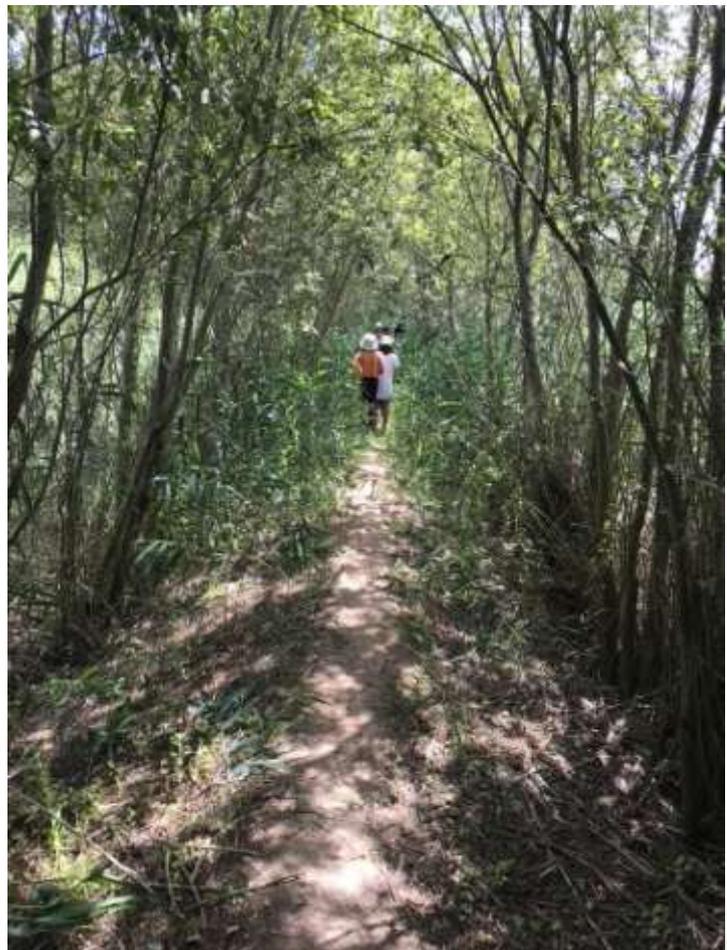
Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



A nossa Missão e a nossa Visão

A **missão do GEOTA** é promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

Visão do GEOTA: Um futuro melhor onde o ambiente e as pessoas coexistem de forma sustentável, justa, transparente e participativa



Os nossos princípios

Os nossos valores e princípios de atuação são 10 e foram fundados na nossa forma de pensar e de fazer que nos caracteriza enquanto Organização Não Governamental de Ambiente, já com mais de 40 anos de atividade e conjugam-se com a Missão e a Visão. São eles:

- Desenvolvimento sustentável,
- Competência,
- Independência e contrapoder,
- Trabalho voluntário e compromisso,
- Idealismo nos objetivos,
- realismo na ação, Transparência,
- Postura colaborativa,
- Postura irreverente,
- Postura inclusiva,
- Aposta no associativismo

Desenvolvimento sustentável

O GEOTA nasceu a partir de uma ideia fundamental: é indispensável considerar o Ambiente como um fator central de desenvolvimento. Não há desenvolvimento possível sem salvaguardar os recursos ambientais, tal como não é possível proteger o ambiente à revelia das aspirações dos cidadãos. Defendemos um conceito de Ambiente englobando não só a Natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas e a gestão dos recursos naturais.

Independência e contrapoder

O GEOTA é totalmente independente face a instituições oficiais, interesses económicos, corporativos ou outros. Sempre, que necessário, assumiu e assumirá uma postura crítica construtiva face aos poderes políticos vigentes, qualquer que seja a sua ideologia.

Idealismo nos objetivos, realismo na ação

O ambiente que queremos defende-se no dia-a-dia, mas demora uma vida a construir.

Competência

As posições, trabalhos e intervenções públicas do GEOTA são sempre fundamentados. Recusamos a demagogia e o espetáculo pelo espetáculo, em favor da seriedade, do conhecimento rigoroso e da qualidade.

Trabalho voluntário e compromisso

O GEOTA é aberto a todos os cidadãos. Embora tenha ao seu serviço profissionais, o estatuto de membro de pleno direito e os cargos de direção baseiam-se no trabalho voluntário, pilar fundamental da atividade associativa.



Transparência

A transparência é imprescindível para garantir os direitos dos cidadãos de participação nos processos decisórios e no acesso à informação e justiça ambiental, no combate à corrupção e às injustiças ambiental, económica e social, devendo o GEOTA dar o exemplo em todos os processos externos e internos.

Postura irreverente

O trabalho no GEOTA não é apenas algo profundamente sério, pela importância dos assuntos em jogo — é também uma atividade lúdica, uma expressão do nosso modo de estar. Não somos convencionais ou cinzentos, não reverenciamos os poderes instalados, não aceitamos as coisas como estão

Aposta no associativismo

O GEOTA defende uma filosofia “em rede” para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Postura colaborativa

O GEOTA pretende contribuir para o progresso da sociedade, nunca se limitando à crítica estéril. Está, portanto, sempre aberto à colaboração com outras entidades na prossecução de objetivos comuns.

Postura inclusiva

O contributo de todas as pessoas que partilham os fins e valores do GEOTA é bem-vindo para ajudar no cumprimento da missão e no trabalho para a visão.



Objetivos e prioridades para 2024

O Objetivos e Prioridades para 2024 seguem os do mandato dos órgãos sociais eleitos a 30 de setembro de 2022. Nesse sentido, poderão ainda vir a sofrer alterações durante este ano. São eles os seguintes:

1. Reajustar a estrutura do GEOTA, modernizando e renovando-a
2. Criar procedimentos internos para uma discussão de estratégias e participação dos associados
3. Dinamizar os grupos de trabalho por áreas temáticas e orientados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
4. Manter e aumentar projetos de interesse público
5. Reativar o "VERDE" (antiga e histórica revista do GEOTA) em formato digital
6. Aumentar e melhorar a participação cívica e pública do GEOTA
7. Internacionalizar
8. Criar um Conselho Científico
9. Apostar nas representações institucionais,
10. Ponderar alterações estatutárias



Os nossos principais projetos

Apresentam-se nesta seção o que reservamos para os nossos principais projetos para o ano de 2024. São eles:

- Coastwatch "Dos Rios aos Oceanos"
- Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada
- Programa Rios Livres
- Programa Renature

Há muitas mais atividades que o GEOTA desenvolve e que serão referidas neste documento mais à frente.

Coastwatch Dos Rios aos Oceanos

É para a sustentabilidade, ciência cidadã e voluntariado ambiental, dinamizado em Portugal, pelo GEOTA.

Espera-se que 3 mil a 5 mil pessoas individuais ou em grupos, possam realizar caminhadas nas zonas costeiras, para observação e registo dos animais, algas, plantas, tipo de zona costeira, de eventuais tipos de poluição, riscos e ameaças na zona costeira, com recolha de lixo e com registo de dados inseridos online num formulário ou na App GEOTA QUESTIONÁRIOS.

Será mobilizada a rede de coordenadores regionais protocolados - ONG, Escolas, Municípios, Associações, etc. e que durante as campanhas anuais temáticas, dinamizam, apoiam, promovem e divulgam o Projeto na sua região. Irá dinamizar-se a parceria com a AdTA - Águas do Tejo Atlântico para ações de formação e saídas de campo em zonas costeiras na área de intervenção da empresa.

Para 2024 projetam-se as seguintes atividades:

- Disseminação da 34ª Campanha Coastwatch 2024-2024 "Dos Rios aos Oceanos";
- Acompanhamento de saídas de campo Coastwatch para o público escolar e outros grupos;
- Dinamização de ações de formação de curta duração;
- Realização de saídas de campo Coastwatch associadas a visitas a Fábricas de Água;
- Realização de sessões informativas online coastwatch sob tema "O Oceano começa em nossa Casa" para o público escolar e outros grupos;
- Organização do 34º Seminário Coastwatch 2024 "Dos Rios aos Oceanos".



Equipa

Teresa Lemos – Assessora técnica

Carla Pacheco - docente da Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, através da Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA

Mais informações

www.coastwatch.pt

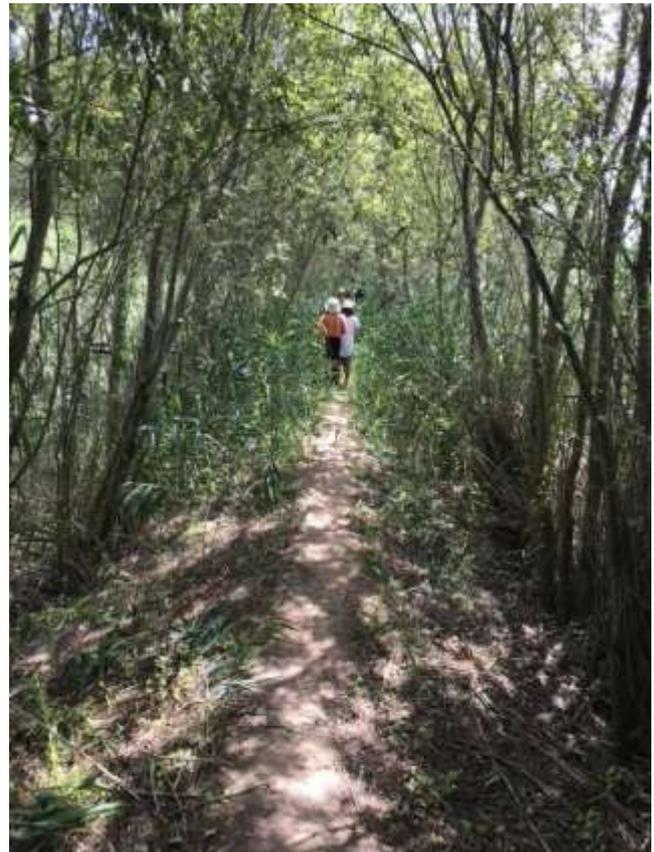
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada - Professor João Evangelista e Reserva natural Local do Paul de Tornada

O Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada localiza-se no concelho das Caldas da Rainha. O Centro é um equipamento para a educação ambiental e centro interpretativo da Reserva Natural do Paul de Tornada. O Centro é gerido pelo GEOTA e pela Associação PATO. A Reserva é gerida pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha com a cooperação do ICNF e das 2 ONGA.

A Reserva é uma importante zona húmida de aproximadamente 54 ha. Integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas e está classificada internacionalmente como Sítio Ramsar. Alberga grande diversidade de espécies de aves, répteis, anfíbios, mamíferos, inúmeros invertebrados, fungos e plantas. Dotada de um trilho circular pedonal de 4km, ladeado por galerias ripícolas, dispõe de dois observatórios, vários placares informativos e um espaço de recreio.

Para 2024 projetam-se as seguintes atividades:

- Serviço Educativo (sob marcação): saídas de, campo; oficinas
- Eco-Caminhadas mensais
- Voluntariado ambiental
- Workshops temáticos
- Ações de formação de curta e longa duração creditadas para docentes
- Estudos - estágios - investigação
- Monitorização de espécies faunísticas



Equipa

Teresa Lemos – Assessora técnica

Carla Pacheco - docente da Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental, através da Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Apoio técnico e administrativo do Secretariado do GEOTA

Mais informações: www.ccept.pt

Programa Rios Livres

Os ecossistemas ribeirinhos são essenciais para a prevenção de secas e inundações, para a regulação do clima e para a saúde e o bem-estar da população. Sendo dos mais ricos em biodiversidade no nosso planeta, estão a sofrer grandes pressões que comprometem as suas funções. Os países mediterrânicos, como o nosso, são dos mais afetados pela escassez de água, agravada pelas alterações climáticas. Apesar do compromisso europeu para restaurar os ecossistemas fluviais, mais de 50% dos rios portugueses encontra-se em mau estado de conservação, sobretudo devido à falta de conectividade, poluição, perda de espécies nativas, propagação de espécies invasoras e falta de proteção legal efetiva. Em particular, embora falte ainda um conhecimento estruturado sobre as barreiras à conectividade fluvial a nível nacional, estima-se, a existência de 13000 barreiras em Portugal, muitas das quais obsoletas. Deste modo, é urgente conhecer e caracterizar as barreiras existentes e propor programas de reabilitação fluvial, para que Portugal possa cumprir os objetivos da Diretiva Quadro da Água e da Estratégia da UE para a Biodiversidade, que inclui como objetivo alcançar no mínimo 25 mil quilómetros de rios livres de barreiras na Europa até 2030.

Neste contexto, o GEOTA desenvolve, através do **Programa Rios Livres**, um trabalho contínuo integrando a sociedade civil e organizações congéneres nacionais e europeias, com o objetivo de promover, proteger e reabilitar os ecossistemas ribeirinhos portugueses, melhorando a sua gestão. O grande desafio do **Programa Rios Livres** é a promoção da conservação e reabilitação dos rios num contexto holístico e ecossistémico, com os objetivos de melhorar a gestão dos ecossistemas ribeirinhos e de aumentar o conhecimento e a participação pública. Estas ações são uma contribuição essencial para a ação climática.

Objetivamente, 2024 será o segundo ano de implementação do **Projeto Rollin'Rivers**.



Este projeto é pioneiro na promoção de uma mudança comportamental e da reabilitação dos ecossistemas ribeirinhos e da conectividade - fluvial em Portugal. Neste projeto integramos pessoas, conhecimento e ação para promover o bom estado ecológico dos ecossistemas ribeirinhos, em linha com as diretrizes e estratégias europeias em prol da ação climática, e da inversão das tendências de aumento da escassez de água e do declínio da biodiversidade. Financiado até dezembro de 2025 pela DIMFE (Donors' Initiative for Mediterranean Freshwater Ecosystems, gerida pela Fundação Príncipe Alberto II do Mónaco), o projeto incide na avaliação da conectividade - fluvial na sub-bacia do Alviela, enquanto sítio piloto para a estruturação de uma metodologia de ação replicável para outras escalas e contextos geográficos (nacional, ibérico e mediterrâneo).

Equipa

Coordenação: Ana Catarina Miranda, Bióloga, Doutorada em Ciências Naturais

Recursos hídricos, Restauro e Gestão Fluvial: Lúcia Vaz de Figueiredo, Arquiteta Paisagista, Doutorada em Restauro e Gestão Fluvial

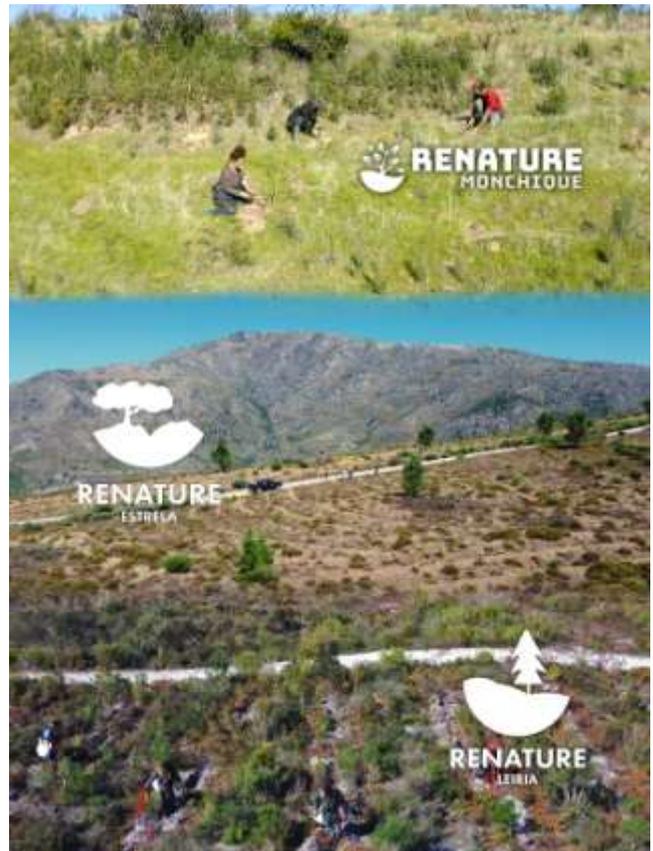
Comunicação e Marketing: Regina Falcão, Geógrafa, pós-graduação em Riscos Naturais

Programa Renature

O programa Renature visa promover o restauro ecológico e a reflorestação de áreas ardidas em Portugal. Com os incêndios florestais surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações dos projetos apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, ao mesmo tempo que reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais.

As ações no terreno serão realizadas por equipa especializada, sob a coordenação e supervisão do GEOTA, que garantirá também a sua formação. O GEOTA será responsável pelo planeamento, desenho e implementação dessas intervenções, bem como pela sua monitorização e avaliação. Os projetos Renature também pretendem ter um impacto social e económico nas regiões em que se inserem pelo que, sempre que possível, serão contratados ou adquiridos localmente, materiais, máquinas e aluguer de veículos, plantas e mão-de-obra. Como parte desta estratégia, o GEOTA também desenvolverá uma campanha de consciencialização e educação junto da comunidade local de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adoptar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Neste momento existem três projetos Renature em atividade – Monchique (2019), Leiria (2022) e Estrela (2024) – que se localizam na Serra de Monchique, Mata Nacional de Leiria e Serra da Estrela, respetivamente.

Em 2024 o objectivo passa por dar continuidade aos projetos já existentes de modo a expandir o impacto e os resultados do programa e explorar novas oportunidades de financiamento. Conta com o financiamento da Ryanair e One Tree Planted e parcerias até ao momento com o ICNF, Câmara Municipal de Monchique, Região de Turismo do Algarve e com a Comunidade Local do Baldio da Freguesia de Cortes do Meio. Em 2024, tal como em 2024, espera-se plantar mais 700 000 árvores autóctones.



Equipa

Coordenação: Miguel Jerónimo, Arquitecto Paisagista

Comunicação e Marketing: João Madeira, Ciências da Comunicação

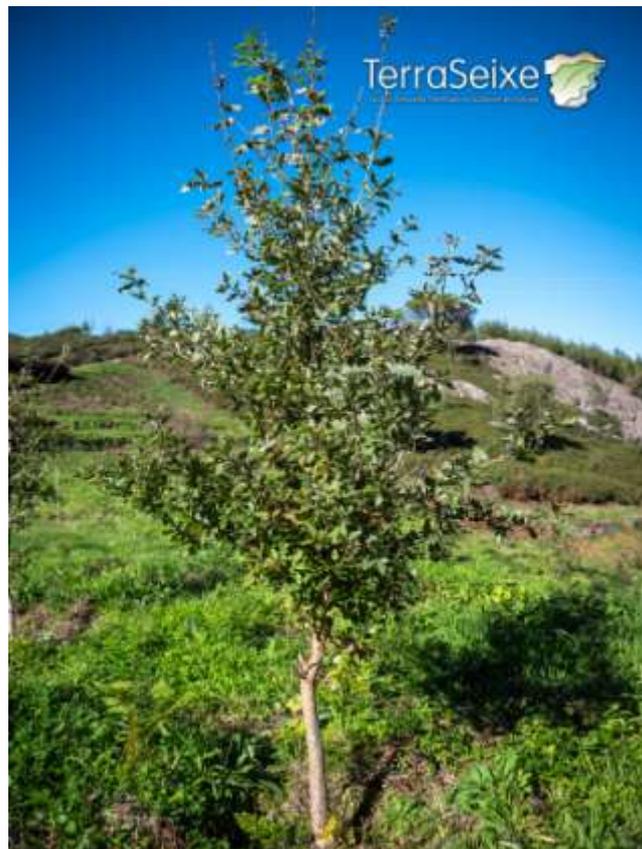
Consultoria Científica: Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasceu de preocupações com o estado de conservação da biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe, contando com onze parceiros institucionais. O incêndio de Monchique de Agosto de 2018 teve forte impactos na Serra de Monchique, classificada como Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia que pretende assegurar no longo prazo a conservação dos habitats mais ameaçados e contribuir para a perda de biodiversidade.

O projeto desenvolve-se como projeto piloto de gestão ambiental partilhada de carácter transdisciplinar como resposta às problemáticas ambientais encontradas na área da conservação da biodiversidade, uso do solo e das alterações climáticas. Em particular, com a proteção e conservação de espécies de distribuição restrita, como sejam as espécies endémicas e com a necessidade de planificar e ordenar um território com vista a torná-lo mais resiliente face às alterações climáticas, que já se fazem sentir ou que se prevejam e em relação às quais o Sul de Portugal é particularmente vulnerável.

Atualmente o foco do projeto consiste em desenvolver bosques autóctones da Serra de Monchique para a conservação da espécie arbórea mais emblemática desta região, o carvalho-de-monchique - *Quercus canariensis*. Estudos indicam que podem existir apenas 300 indivíduos em Portugal pelo que está classificada como Criticamente em Perigo pela Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal.

Em 2024 o objectivo passa por dar continuidade às atividades em curso, asseguradas por um financiamento da Associação Viridia – Conservation in Action, de modo a expandir o impacto e os resultados do programa e explorar novas oportunidades de financiamento.



Equipa

Coordenação: Miguel Jerónimo, Arquiteto Paisagista

Comunicação e Marketing: João Madeira, Ciências da Comunicação

Consultoria Científica: Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista

Movimento Ambiental

Segundo o princípio "Apostamos no associativismo" o GEOTA defende, desde sempre uma filosofia "em rede" para o movimento associativo, onde seja privilegiada a total autonomia e especificidade de cada associação, em paralelo com a colaboração em projetos de interesse comum. Apostamos numa estrutura representativa com estatuto de parceiro social, mas recusamos qualquer forma de liderança dirigista do movimento.

Mantemos assim cordiais relações com um grande número de organizações do movimento associativo de ambiente, plataformas e associações de coletivos e movimentos de cidadãos, que procuramos apoiar institucionalmente e também de forma prática.

Dessas estruturas, formais e informais, orgânicas e inorgânicas, recebemos também apoio, reconhecimento, notoriedade e outras vantagens no acompanhamento das causas que defendem.



Plataformas e Organismos

O GEOTA é associado fundador das seguintes organizações: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, Dunas Livres.

O GEOTA é membro de nas seguintes plataformas: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável, Agência de Energia e Ambiente Oeste Sustentável; ATTCEI-Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento para empresas e instituições.

É, também, membro de ONGA internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk, Mediterranean Alliance for Wetlands.

Mantém, ainda, protocolo de cooperação com as seguintes associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE.

Participa de forma mais ou menos permanente, nalguns organismos públicos, por indicação legal ou por nomeação em representação das ONGA.

ATTCEI

- **Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento** Durante 2024 pretende-se assegurar as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos, bem como o reforço das parcerias em torno de projetos concretos.
- @Helder Careto

Agência Oeste Sustentável

- Seguimento dos trabalhos da Agência, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral. Desenvolvimento de parcerias com a OS.
- @Helder Careto, Teresa Lemos

CPADA

- **Confederação Portuguesa das ADA-ONGA**
- Participação nas reuniões da Assembleia Geral. Seguimento do contencioso relativo à contestação do último processo eleitoral, com o apoio da Quercus e do GEC.
- @Helder Careto e Isabel Moura

C7

- **Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP, ZERO**
- Seguimento dos trabalhos. A coordenação do C7 é rotativa em 2024 e compete, neste ano, à FAPAS .
- @Helder Careto, Isabel Moura, Miguel Jerónimo

CIDAMB

- **Associação Nacional para a Cidadania Ambiental**
- Encontra-se atualmente em processo de reestruturação e a reiniciar as suas atividades, programando as reuniões mensalmente.
- Helder Careto, João Dias Coelho, Gabriel Goucha, Miguel Cunha Duarte

CIDN

- **Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza Conselho Ibérico para a Conservação da Natureza**
- Prevista a organização conjunta com a ADENEX do II seminário Energias Renováveis e Rede Natura
- @Helder Careto

EEB/BEE – European Environmental Bureau

- Seguimento dos trabalhos, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral e grupos de trabalho de forma remota.
- @Helder Careto, Miguel Sequeira, Miguel Jerónimo

MAW

- **Mediterranean Alliance for Wetlands**
- O GEOTA participa do Steering Committe que gere o processo de atribuição do Red Alert ou do Green Prototocol e também na Assembleia Geral da organização

PASC CC

- **Plataforma de Associações da Sociedade Civil**
- Participação ao nível da Mesa da Assembleia Geral e Conselho Geral
- @Marlene Marques, João Joanaz de Melo

Plataforma de ONGA contra o aeroporto do Montijo

- GEOTA, Quercus, ZERO, SPEA, FAPAS, LPN, A Rocha, Almargem, ANP/WWF, em contencioso contra a opção Montijo para o NAL
- João Joanaz de Melo, Pedro Costa, Helder Careto, Eduardo Zúquete

PONG Pesca

- Continuação dos trabalhos e participação nos eventos e reuniões promovidos no âmbito da Plataforma.
- @Helder Careto, Miguel Sequeira

ProTejo

- O GEOTA manterá a representação neste movimento, através da participação ativa nos eventos
- @a designar, caso a caso

Plataforma Oceano Livre

- Lançada em 2017. Seguimento dos trabalhos
- @Helder Careto

Seas At Risk

- Manutenção da representação em eventos, grupos de trabalho específicos e na assembleia geral
- @Helder Careto, Isabel Moura, Miguel Sequeira

Organismos

CNA

- Conselho Nacional da Água Continuação dos trabalhos Continuação do acompanhamento do trabalho do Conselho, com enfoque no desenvolvimento dos Planos de Bacia Hidrográfica.
- @João Joanaz de Melo , Ligia Figueiredo

CE PPAFCC

- Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
- @João Joanaz de Melo (E), Irina Gomes (S)

CCPROTC

- Comissão Consultiva do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro
- @Miguel Jerónimo, João Madeira

CE PNSAC

- Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros
- A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, FPE e GPS.
- @João Joanaz de Melo (E), Fernando Pires (S), Pedro Alves (S)

<p>CE PNSA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*) • A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta LPN e GEOTA • @Margarida Augusto (E), Lia Vasconcelos (S)
<p>CE PNM</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*) • A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta Quercus e GEOTA. • @Leonel Folhento (E), Marlene Marques (S)
<p>CD RNLPT</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNLPT) • @Teresa Lemos
<p>CNADS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Continuação do acompanhamento de dossiers no domínio da energia e clima, mobilidade, ordenamento do território, conservação da natureza, entre outros • @João Joanaz de Melo
<p>CC CNCCD</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação • @Miguel Jerónimo
<p>CSOP</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Superior de Obras Públicas • @João Joanaz de Melo

Outras atividades

O GEOTA desenvolve um conjunto vasto de atividades ligadas ao ambiente, as quais surgem, a maior parte das vezes, pela iniciativa voluntária dos seus associados/as. Há também projetos de menor dimensão, em termos de mobilização de recursos, mas que não deixam de ter a sua importância para o trabalho global da organização e para o cumprimento da nossa missão.



Funcionamento e logística

Através do secretariado e serviços:

Vai promover-se a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.

Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada

Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.)

CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique

O GEOTA em parceria com a Câmara Municipal de Monchique pretende dar seguimento ao trabalho já desenvolvido em matéria de controlo de espécies invasoras em Monchique.

As espécies invasoras em causa são espécies não endémicas, como por exemplo, a 'Mimosa' (*Acacia dealbata*) e 'Austrália' (*Acacia melanoxylon*) bem como o controlo de povoamentos de eucalipto.

Para além das ações de erradicação das espécies invasoras pretende-se desenvolver ações de formação e capacitação orientadas para a comunidade local em torno da temática das espécies invasoras.

A implementação do projeto será no primeiro semestre de 2024.

Equipa:

Coordenação: Miguel Jerónimo, Arquiteto Paisagista

Comunicação e Marketing: João Madeira, Ciências da Comunicação

Consultoria Científica: Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista

Grupo de Agricultura

O Grupo de Agricultura no GEOTA projeta desenvolver iniciativas e atividades com o objetivo de contribuir para uma agricultura mais resiliente que respeita as vertentes, água, solo e biodiversidade, mais adaptada à nossa paisagem e assegurando uma alimentação adequada em Portugal, com base na dieta mediterrânica, e que reduz o déficit da balança comercial do setor:

- Ações no terreno e divulgação nas redes sociais de informação para contrariar a decisão de construção do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (barragem do Pisão);
- Campanha sobre as contradições e incoerências da transição agroalimentar em Portugal e os seus impactos sócio-económicos e ambientais, nomeadamente sobre os riscos ambientais da proliferação do regadio
- webinar sobre dieta mediterrânica e agricultura industrial
- Angariar novos voluntários para o grupo da agricultura

Equipa

Patricia Tavares (coordenação),

Alexandre Pereira

Marlene Marques

CEIM – Controlo de Espécies Invasoras em Monchique

O GEOTA em parceria com a Câmara Municipal de Monchique pretende dar seguimento ao trabalho já desenvolvido em matéria de controlo de espécies invasoras em Monchique.

As espécies invasoras em causa são espécies não endémicas, como por exemplo, a 'Mimosa' (*Acacia dealbata*) e 'Austrália' (*Acacia melanoxylon*) bem como o controlo de povoamentos de eucalipto.

Para além das ações de erradicação das espécies invasoras pretende-se desenvolver ações de formação e capacitação orientadas para a comunidade local em torno da temática das espécies invasoras.

A implementação do projeto será no primeiro semestre de 2024.

Equipa:

Coordenação: Miguel Jerónimo, Arquiteto Paisagista

Comunicação e Marketing: João Madeira, Ciências da Comunicação

Consultoria Científica: Justin Roborg-Søndergaard, Ecologista

Grupo de Agricultura

O Grupo de Agricultura no GEOTA projeta desenvolver iniciativas e atividades com o objetivo de contribuir para uma agricultura mais resiliente que respeita as vertentes, água, solo e biodiversidade, mais adaptada à nossa paisagem e assegurando uma alimentação adequada em Portugal, com base na dieta mediterrânica, e que reduz o déficit da balança comercial do setor:

- Ações no terreno e divulgação nas redes sociais de informação para contrariar a decisão de construção do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (barragem do Pisão);
- Campanha sobre as contradições e incoerências da transição agroalimentar em Portugal e os seus impactos sócio-económicos e ambientais, nomeadamente sobre os riscos ambientais da proliferação do regadio
- webinar sobre dieta mediterrânica e agricultura industrial
- Angariar novos voluntários para o grupo da agricultura

Equipa

Patricia Tavares (coordenação),

Alexandre Pereira

Marlene Marques

Energia e Clima

Acompanhamento da política energética, em especial do PNEC e dos impactos de projectos energéticos como as centrais solares e as minas de lítio.

Planeamento de campanha nacional sobre a fiscalidade ambiental.

Equipa:

Miguel Sequeira, João Joanaz de Melo, Rogério Ivan, Manuel Lucas Claro, Patrícia Tavares

Mobilidade e Transportes

Acompanhamento das políticas de mobilidade, em especial o Plano Ferroviário, o novo aeroporto de Lisboa (c/ outras associações) e os transportes na AML.

Criação de um "plano ferroviário para todos".

Equipa

Eduardo Zúquete, J. Joanaz de Melo, Lora Simeonova, A. Catarina Oliveira, Patrick Gugg, Patrícia Tavares, Pedro Costa

GEOTALINE

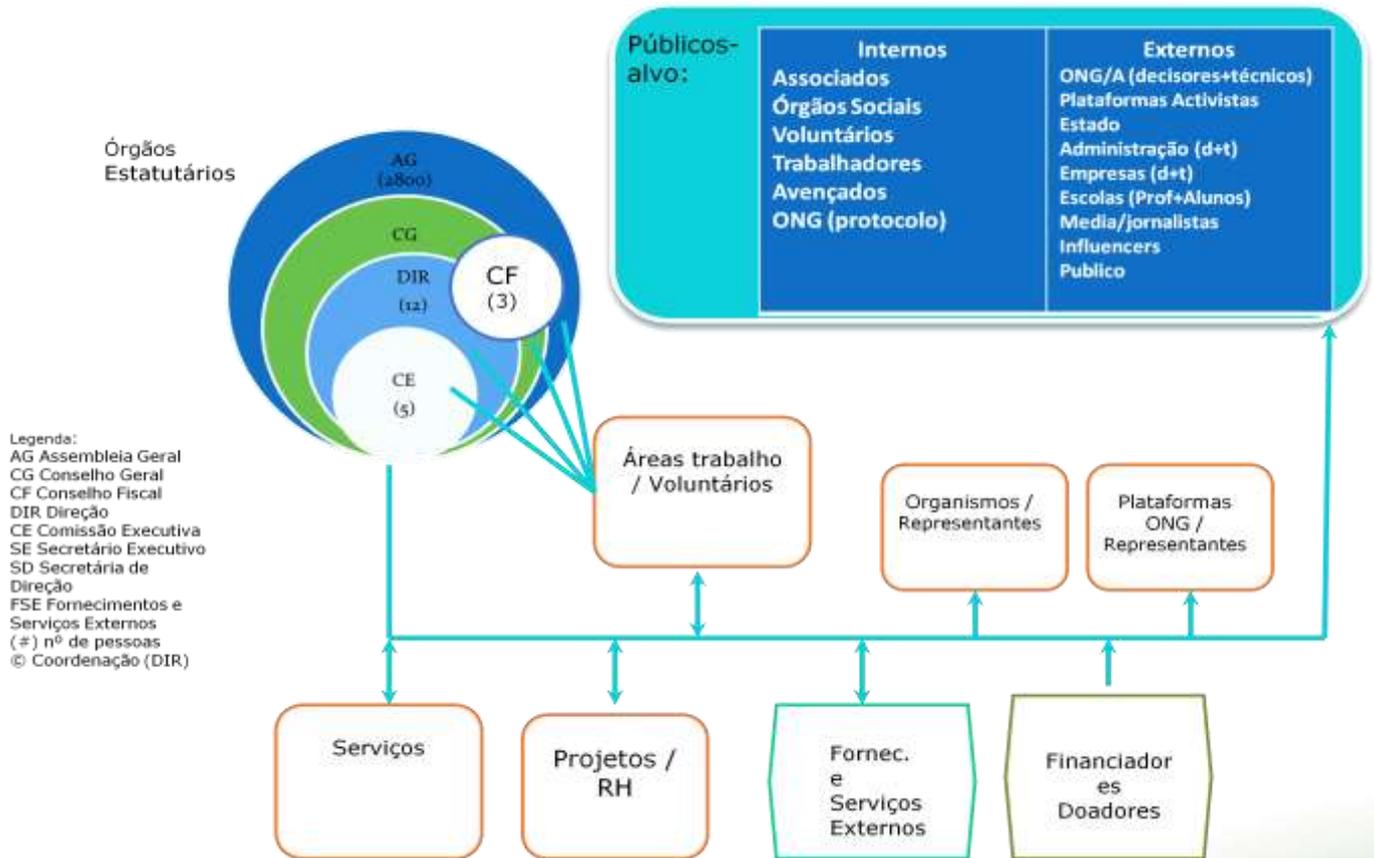
Manutenção do canal de comunicação aos associados com uma edição aproximadamente semanal.

Equipa:

Saúde Martins



Organograma



Os nossos dirigentes

Órgãos	Equipa (biénio 2022/2024)		
Assembleia Geral Reunião extraordinária a 26 de janeiro de 2024 para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento Reunião ordinária e eleitoral da Assembleia-geral em 16 de março de 2024	Cargo	Nome de Associado/a	Nºde Associado/a
	Presidente	João Miguel Dias Joanaz de Melo	17
	Vice-Presidente	Marlene Isabel Figueiredo Alves Marques	20
	Secretário	Pedro Campos Rodrigues da Costa	862
	Suplente	Miguel Macias Marques Sequeira	2752
Comissão Executiva A CE reunirá, em princípio, numa base semanal, durante 2024	Presidente	Maria Isabel Lopes Moura Teixeira	753
	Vice-Presidente	Judite Isabel Cândido Fernandes	155
	Vice-Presidente	Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha	2558
	Vice-Presidente	Rogério Ivan Rodrigues	2666
	Tesoureiro	Manuel José Lucas Claro	2712
	Suplente 2	José Maria Pereira Bagorro Candeias	2667
Conselho Fiscal Reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral e participação pontual nos outros órgãos por convite.	Presidente	José Macário Correia	4
	Vogal	Maria da Conceição da Costa Martins	57
	Vogal	Manuel Guilherme Caras Altas Duarte Pinheiro	24
	Suplente	Carlos Miguel Murta do Sacramento	2260
Direção Calendário de reuniões de Direção em 2024	Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos Representantes em organismos com estatuto de observadores.		
<ul style="list-style-type: none"> • 18 jan, 21h • Fev, 17, 10h • Mar, 7, 21h • Abr.6, 10h • Mai, 9, 21h • Jun, 1, 10h • Jul, 4, 21h • Jul, 27, 10h • Set, 12,21h • Out, 12, 10h • Nov, 7, 21h • Dez,14, 10h 			
Conselho Geral Prevê-se a realização de pelo menos uma reunião do órgão para discussão de estratégias para o ambiente e o movimento associativo	Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEATAzórica, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE		

Os nossos funcionários

- Vão promover a melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação, cuja dimensão digital é cada vez mais relevante, complexa e exigente em recursos.
- Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.
- Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada
- Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.)
- Desenvolvimento dos principais projetos
- Representações em organismos e plataformas
- Apoio à comunicação



Helder Careto

Breve Bio

Engenheiro do Ambiente, Secretário Executivo do GEOTA desde 1993, ligação aos órgãos de gestão, coordenação de projetos e apoio técnico e logístico.



Saúde Martins

Breve Bio

Curso médio de contabilidade, secretária de Direção do GEOTA desde 1991, apoio, atendimento, controlo financeiro e contabilístico.



Teresa Lemos

Breve Bio

Assessora Técnica do GEOTA desde 2002. Membro da Direção do GEOTA, em representação do Centro Ecológico Educativo e do Projeto CW, destacando-se nas suas atividades, a gestão do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, o desenvolvimento de projetos de EAS, valorização ambiental e desenvolvimento de atividades educação ambiental, a participação no Conselho Diretivo da Reserva Natural Local do Paul de Tornada..

Carla Pacheco

Breve Bio



Professora de Biologia e Geologia. Mestre em Ciências da Terra e da Vida, ao serviço do GEOTA, pelo 3º ano consecutivo, em regime de destacamento, sob as tutelas ministeriais da Educação e do Ambiente. Coordena e dinamiza projetos em articulação com ONGs, integra a “Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental”. Coordenadora pedagógica do Projeto CW e do Serviço Educativo do CEEPT - Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista.



Miguel Jerónimo

Breve Bio

Arquiteto Paisagista formado na Universidade de Lisboa. Ainda durante o seu tempo na universidade fez voluntariado em projetos de educação ambiental. Membro da Direção do GEOTA e coordenador dos projectos TerraSeixe e Renature Monchique, Renature Leiria e Renature Estrela. Entre 2014 e 2017 foi Vereador na Câmara Municipal de Vila de Rei.



Catarina Miranda

Breve Bio

L. Biologia (2005, FCUL), mestre em Matemática Aplicada às Ciências Biológicas (2008, ISA), doutorada em Ciências da Natureza (2014, Instituto Max-Planck para a Ornitologia, Universidade de Constança, Alemanha). Professora e investigadora na pós-graduação em Biodiversidade e Conservação da Universidade Federal do Maranhão, Brasil (2014-2018) e na pós-graduação em Neurociências e Comportamento da Universidade Federal do Pará, Brasil (2018-Presente). Integrou o GEOTA em 2021 como coordenadora do projeto Rios Livres. Desde sempre fascinada pela conservação da natureza, nomeadamente pelas estratégias de preservação dos ecossistemas face aos impactos humanos.



Ligia Figueiredo

Breve Bio

Arquitetura Paisagistamestrado em Regeneração Urbana e Ambiental e é doutoranda em Restauro e Gestão Fluvial. Integra a equipa do projeto Rios Livres do GEOTA como especialista em Recursos Hídricos, Políticas Ambientais e Agricultura



Regina Falcão

Breve Bio

Geóloga, designer gráfica e Web. Responsável pela comunicação no programa Rios Livres

Orçamento 2024



Nota prévia

Um orçamento de qualquer organização é baseado nas expectativas, à data da sua elaboração, de receita e despesa consolidadas por centros de custo que se relacionam diretamente com os diversos setores de atividade, pelas linhas de financiamento e fontes de receita e é uma previsão geral do que se espera da situação financeira para o exercício bem como um instrumento de gestão da organização.

É possível que os pressupostos que levaram à sua construção se venham a alterar durante o exercício devido a:

- Receitas inesperadas ou não previstas devido a subsídios, donativos, prestações de serviços, vendas ou de outra origem
- Despesas inesperadas devido a alterações de contexto, contingências e alteração dos financiamentos;
- Outros motivos.

Todos esses fatores podem obrigar, em devido tempo, a uma revisão do orçamento inicialmente aprovado.



Despesas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2024
621	Subcontratos	994 815
6221	Trabalhos especializados	726 065
6222	Publicidade e propaganda	1 100
6223	Vigilância e segurança	278
6224	Honorários	5 200
6225	Comissões	0
6226	Conservação e reparação	4 200
6228	Outros serv. especializados	332
6231	Ferramentas e utensílios	990
6232	Livros e documentação técnica	330
6233	Material de escritório	5 547
6234	Artigos para oferta	1 900
6238	Outros materiais	187 711
6241	Electricidade	1 979
6242	Combustíveis	680
6243	Água	340
6248	Outros fluidos	70
6251	Deslocações e estadas	40 730
6252	Transportes de pessoal	270
6253	Transportes de mercadorias	250
6258	Outras deslocações	500
6261	Rendas e alugueres	11 403
6262	Comunicação	2 810
6263	Seguros	960
6264	Royalties	0
6265	Contencioso e notariado	200
6266	Despesas de representação	1 250
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 680
6268	Outros serviços	3 040
63	Gastos com o pessoal	248 150
	1101 Sede	100
	1201 CEEPT	17 250
	1401 CW	12 915
	1301 Representações nacionais	150
	1302 Rep Internacionais	50
	14253 Reconnecting Iberian Rivers	0
	14254 ROLLIN' RIVERS	148 247
	1417 órgãos	3 000
	1419x Renature/R.Seixe	65 688
	1421 Sustenturis/Resetting	500
	1426 EPAL	100
	1501 Ativ Ger	150
64	Gastos de depreciação	11 921
65	Perdas por imparidade	250
66	Perdas redução justo valor	0
67	Provisões do período	0
68	Outros gastos e perdas	9 010
69	Gastos de financiamento	0
6	Total de gastos	1 264 146

Receitas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2024
71	Vendas	18 450
72	Prestações de serviços	23 549
73	Variações invent. produção	0
74	Trabalhos p/própria entidade	0
75	Subsídios à exploração	289 946
	IPDJ	0
	CM e outros entes públicos	76 402
	CCDR Algarve	2 500
	Fundo Ambiental	211 044
76	Reversões	0
77	Ganhos aumentos justo valor	0
78	Outros rendimentos	935 430
	Entidades privadas	3 700
	MAVA (RIR)	0
	DIMFE	148 247
	Ryanair	250 000
	One Tree Planted	441 183
	Viridia	20 000
	EEB	300
	CIDN	250
	FBTaipei	3 000
	EPAL	7 000
	Donativos	2 850
	Quotas	3 500
	Outros	55 400
79	Juros, div. e rend. similares	0
7	Total de rendimentos	1 267 375
	Transporte de 2023	
811	Resultado antes de impostos	3 229